

Requerimento nº /2002  
(Do Sr. Inácio Arruda e Sras. Socorro Gomes e Vanessa Grazziotin)

Requer a realização de audiência pública conjunta das comissões de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, Desenvolvimento Urbano e Interior e Amazônia e Desenvolvimento Regional sobre a construção de barragens no Araguaia-Tocantins e a interligação de bacias no contexto da gestão dos recursos hídricos e do aproveitamento hidrelétrico no Brasil.

Senhor presidente,

Requeremos a V. Ex<sup>a</sup>, nos termos do arts. 117, inciso VII, e 255 do Regimento Interno, a realização da audiência pública conjunta das comissões de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, Desenvolvimento Urbano e Interior e Amazônia e Desenvolvimento Regional acerca da construção de barragens no curso dos rios Araguaia e Tocantins, na Amazônia, e da interligação de bacias no contexto da gestão dos recursos hídricos e do aproveitamento hidrelétrico no Brasil.

### **Justificativa**

Um amplo leque de questões, que remonta à recente crise energética e ao debate acerca da revitalização e transposição das águas do rio São Francisco para o Nordeste Setentrional, envolvendo a interligação de bacias (e a iniciativa da transposição das águas do Tocantins), atualiza a necessidade de uma gestão eficaz dos recursos hídricos no Brasil. Entre outros aspectos, indaga-se qual o planejamento oficial estabelecido após o fim do racionamento e onde se enquadram as estimativas relacionadas à construção de uma “escada” de 13 barragens na região, envolvendo um território superior a 12.000 quilômetros quadrados de florestas tropicais e cerrados onde residem mais de 75.000 pessoas.

Tal impacto deve ser examinado pela sociedade não apenas quanto às seqüelas nas florestas e ecossistemas de pantanais e na vida das populações, mas também quanto às finalidades implícitas e explícitas das obras anunciadas diante da noção de desenvolvimento sustentável, do mesmo modo que as demandas produtivas requeridas pelo País e pelas populações envolvidas exigem uma consistente avaliação do custo-benefício dessas barragens. Essa avaliação, voltada para o referido planejamento, deve considerar as necessidades e investimentos públicos de longo prazo para que o Brasil não se veja novamente surpreendido pela ameaça dos apagões.

Além disso, a aposta oficial quanto aos investimentos privados no setor implica em maiores preocupações quanto a adoção de novas políticas de uso das águas, visto que estarão subordinados precipuamente ao temor imediato de novas crises energéticas e às metas de autonomia das empresas envolvidas.

Para que se tenha idéia da dimensão dos empreendimentos, oferecemos dois exemplos: (1) a maior das barragens, a de Santa Isabel, a primeira a ser proposta no rio Araguaia, deverá ser erguida na divisa entre os estados do Pará e Tocantins, visando a uma

usina com capacidade de 1.087 MW, e obteve o maior valor (R\$ 61 milhões) no leilão realizado no Rio de Janeiro, pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), no dia 30 de novembro de 2001, que licitou um total de 11 usinas; (2) a usina Couto Magalhães, também no Rio Araguaia, com apenas 150MW de potência instalada, teve o maior ágio de todo o leilão (3.089,66%) e foi arrematada por R\$18,5 milhões pelo consórcio Ener-Rede, formado pela distribuidora Celtins e pela Enerpaulo, do Grupo Eletricidade de Portugal (EDP). Na ocasião, disse o presidente da EDP, Eduardo Bernini: "*Temos negócios na distribuição de eletricidade naquela região e apostamos na hidreletricidade como meio mais seguro para o aumento da nossa capacidade própria de geração*".

Esse interesse em investir deve ser admitido sob um plano de exploração dos recursos hídricos e acompanhado de estudos dos impactos cumulativos da série de barragens, de modo a atender às demandas da região, da sociedade brasileira e do País.

Solicitamos que sejam emitidos convites aos titulares dos seguintes organismos públicos e entidades da sociedade civil: Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Minas e Energia, Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Comissão Mundial de Barragens (CMB), Fórum Carajás Brasil, Instituto de Engenharia Elétrica e Eletricidade da Universidade de São Paulo (IEE/USP).

Sala das Comissões, 19 de março de 2002

Deputado Inácio Arruda

Deputada Socorro Gomes

Deputada Vanessa Grazziotin